

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Monique Batista do Nascimento

**CAÇA ÀS BRUXAS, A HISTÓRIA DO PRESENTE: UMA ABORDAGEM SOBRE O
CONTROLE DO CORPO FEMININO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientadora: Profa. Dra. Cristina Dias da Silva.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **MONIQUE BATISTA DO NASCIMENTO**, acadêmica do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculada sob o número 201573103A, declaro que sou autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado, **CAÇA ÀS BRUXAS, A HISTÓRIA DO PRESENTE: UMA ABORDAGEM SOBRE O CONTROLE DO CORPO FEMININO**, desenvolvido durante o período de 01/08/2017 a 28/11/2017 sob a orientação de Dra. Cristina Dias da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

MONIQUE BATISTA DO NASCIMENTO

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

CAÇA ÀS BRUXAS, A HISTÓRIA DO PRESENTE: UMA ABORDAGEM SOBRE O CONTROLE DO CORPO FEMININO

Monique Batista do Nascimento¹

RESUMO

Este artigo pretende compreender o controle social dos corpos femininos a partir do período de caça às bruxas durante a Idade Média - entre os séculos XIV e XVII - e sua relação com o advento do capitalismo e institucionalização da medicina. Para isso foi necessário observar as lutas sociais travadas por camponesas e camponeses para a construção de modelos alternativos de vida comunal pontuando a importância do papel feminino na luta antifeudal e os motivos pela qual o Estado decreta guerra às mulheres para tentar reestabelecer a ordem social. Nesse sentido, as principais referências utilizadas foram a historiadora Silvia Federici e a antropóloga Fabíola Rohden além da contribuição teórica das autoras Ana Paula Vosne Martins, Alcina Martins, Barbara Ehrenreich & Deirdre English, Carmen Susana Tornquist, Elisabeth Meloni Vieira, Mary Del Priore e Waleska de Araújo Aureliano sobre o debate do controle do corpo feminino através de uma perspectiva histórico-antropológica dos usos e significados deste corpo. O papel da medicina nesse cenário se dá pela construção de um discurso científico acerca da mulher e de sua natureza para justificar a desigualdade da nova ordem social gerando uma alienação da mulher com relação ao seu próprio corpo, uma vez que os saberes ancestrais adquiridos por conhecimentos empíricos e transmitidos pela linhagem feminina vão sendo sistematicamente perseguidos pela Igreja que, veiculado ao Estado, instauram a caça às bruxas cujo objetivo alcançado foi a regularização das condutas morais e sexuais das mulheres, controle demográfico e imposição de regras sociais que pudessem contribuir para o bom funcionamento do novo sistema econômico.

PALAVRAS-CHAVE: caça às bruxas, corpo, controle, mulher, feminismo, medicina

1. INTRODUÇÃO

Em um relato na obra *A Medicalização do Corpo Feminino* (VIEIRA, 2003), uma paciente é indagada sobre quantas vezes ela acha necessário uma mulher ir ao médico e, sem hesitar, ela responde: todo dia! (p. 11). Essa exaltação do médico como o profissional responsável por ordenar e normalizar questões referentes ao corpo feminino não é recente. Este enaltecimento está ligado à imagem de eficácia e veracidade a partir da construção da medicina como uma área científica, de domínio masculino, instaurada em meados do século XVIII - após eventos como a perseguição às bruxas e a transição do modelo econômico do feudalismo para o capitalismo - onde a medicina vai se entranhando aos interesses do Estado sobre o controle demográfico, disciplinarização da força de trabalho e regulação das normas sociais.

O período entre os séculos XV e XVII foi marcado pela mais séria crise econômica que a Europa já sofreu (TAWNEY, 1971) somada à perseguição às mulheres que representam a maior porcentagem de todos os inculcados no processo de bruxaria chegando a 82% na Alemanha, 85% na Escócia e na França, 92% na Bélgica, 66% na Suíça, 76% em Luxemburgo e 92% na Inglaterra (MONTER, 1987 apud TOSI, 1998). Desta forma, observar as lutas que trabalhadoras e trabalhadores medievais tiveram contra o poder feudal na transição para o capitalismo é importante para a compreensão da história do controle social dos corpos femininos uma vez que tais lutas têm demandas antagônicas aos interesses sociais e políticos das instituições daquele momento já que o extermínio de bruxas e a extensão do controle estatal sobre a reprodução permitiu uma maior estabilidade da acumulação primitiva.

A partir dela podemos perceber o papel fundamental que as mulheres exerceram na crise do feudalismo e os motivos pelos quais o Estado instaurou a perseguição às bruxas durante mais de três séculos para destruir seus poderes a fim de manter o controle sobre seus corpos. A institucionalização da medicina inaugura, então, uma política de produção de conhecimento que passa a ser marcado por uma

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: monique.nascimento29@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Profa. Dra. Cristina Dias da Silva.

relação desigual de poder no momento em que os saberes femininos que as mulheres detinham sobre seus corpos foram sistematicamente invisibilizados, além da adoção da fiscalização sobre a conduta sexual e reprodutiva pelo Estado. Sendo assim, a história das mulheres se mistura com o desenvolvimento do sistema capitalista.

Entretanto, não podemos nos limitar a observarmos apenas os terrenos clássicos da luta de classes, mas sim devemos expandir o panorama para as transformações das relações de gênero que esses conflitos produziram e observarmos as novas visões da vida social. As experiências das mulheres diante da história do capitalismo não foram levadas em conta nas análises de Karl Marx uma vez que o autor alemão não aborda o papel relevante da perseguição às bruxas para a construção de uma ordem patriarcal que passou a transformar os corpos femininos em verdadeiras máquinas de produzir trabalhadores reduzindo-as em recursos econômicos para sustentar o capitalismo com mão de obra abundante. Da mesma forma, Michel Foucault não se atenta para olhar a dominação do corpo feminino a partir do viés da reprodução ocasionando em um olhar “universalizado” que tem como ponto de vista a experiência masculina. Sendo assim, o presente trabalho visa analisar a obra Calibã e a Bruxa (FEDERICI, 2004) para observar as relações entre início do capitalismo e caça às bruxas por esse ser um trabalho que abrange importantes aspectos a respeito da luta e perseguição das mulheres camponesas sob uma ótica feminista. É importante ressaltar que as descrições mais comuns da Idade Média, durante muito tempo, ignoravam ou diminuía a violenta repressão que sofreram as mulheres dessa época muitas vezes considerando tal repressão como um mito ou como um período de loucura coletiva.

A abordagem teórico-metodológica utilizada ao longo do desenvolvimento desse trabalho se dá a partir da análise de textos com o objetivo de propor uma investigação e uma reflexão sobre os motivos que o Estado, com o apoio da instituição médica, criou parâmetros para pensar o corpo e a sexualidade feminina de forma que houvesse uma profunda dessexualização da mulher na Idade Moderna e associação biológica do corpo feminino a uma predestinação à maternidade além de pensar no por que as mulheres representavam um pavor constante que precisava ser controlado ou eliminado para a manutenção da ordem social.

Para responder a estas perguntas, precisamos recorrer ao período da caça às bruxas, que teve como característica marcante a perseguição dirigida à classe camponesa do sexo feminino, observando o contexto histórico em que as repressões tiveram ligação direta com um período de forte agitação social incluindo a insurreição camponesa, perda de poder da Igreja Católica com a Reforma Protestante, advento da Peste Bubônica resultando em declínio populacional, crise do sistema feudal, nascimento do capitalismo, além do surgimento da ciência e da institucionalização da medicina.

2. AS LUTAS SOCIAIS E O PODER FEMININO

Na Europa pré-capitalista uma das características importantes para pensarmos as relações senhor-servo foi o acesso direto às terras que puderam garantir aos camponeses os meios de sua reprodução. Os servos eram obrigados a realizarem trabalho nas terras do senhor feudal (a demesne) e em troca recebiam uma limitada quantidade de terra (mansus ou hide) que utilizam para o próprio sustento. Ainda era possível por meio do pagamento de uma dívida de sucessão deixar as terras como herança para os filhos (BOISSONNADE, 1927 apud FEDERICI, 2004) e eram essas terras normalmente transmitidas pela linhagem masculina. As terras comunais também tinham grande importância para a classe camponesa, pois eram espaços “comuns”, como florestas, bosques, pradarias, lagoas e pastos em que servas e servos podiam obter lenha, criar animais, pescar além de exercer outras atividades de subsistência e eventos sociais. Nesses espaços era possível perceber uma forte integração comunitária, pois

Além de incentivar tomadas de decisão coletivas e a cooperação no trabalho, as terras comunais eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade camponesa. Todos os festivais, jogos e reuniões da comunidade camponesa eram realizados nas terras comunais. (FEDERICI, 2004, p. 138)

Os espaços comunais permitiam às mulheres usufruir dos recursos naturais e garantir sua subsistência sem precisar depender dos entes masculinos da família. Além do mais, a sociabilidade e solidariedade gerada por esses espaços, reforça a união feminina e cria uma rede de proteção já que as tarefas eram realizadas de forma cooperativa com outras mulheres constituindo uma fonte de poder que

permitia, inclusive, que elas enfrentassem os homens. Eram nesses momentos de integração em que se transmitiam notícias, trocavam informações, davam e recebiam conselhos, discutiam os acontecimentos da comunidade e formulavam opiniões próprias longe da ótica masculina.

Entretanto, no século XVI, o processo de cercamento das terras comunais configura uma enorme mudança no panorama social, marcando intensas lutas que acabam por drenar os poderes dos camponeses e em especial das camponesas. Os chamados “cercamentos” eram um processo de transformação do feudo em propriedade privada no período de “transição capitalista” onde se eliminavam os espaços comunais para a ampliação das áreas de cultivo e pasto. Isso implicou na expulsão dos camponeses dos seus meios de sustento com demolição de comunidades inteiras e suspensão dos contratos de arrendamento.

O discurso utilizado para dar credibilidade às novas políticas de cerco era de que isso aumentaria a eficiência agrícola levando a expansão do abastecimento de alimentos. Porém, o benefício do aumento da produção agrícola não chegou para as categorias sociais mais baixas causando fome e empobrecimento em massa. Quando os cercamentos começaram a acontecer, as relações monetárias passaram a perpetuar a vida econômica fazendo com que as camponesas fossem extremamente afetadas. As atividades que tinham um campo de atuação permissível às mulheres estavam, nesse momento, totalmente desvalorizados ou sofrendo tentativas de controle e monopolização pelo Estado e pela Igreja com ajuda da perseguição às bruxas.

É importante pontuar que a monetarização da vida trouxe, antes mesmo do início dos processos de cercamento, impactos negativos para a população camponesa. As altas cobranças de impostos que os servos deviam aos senhores sempre foram grande motivo de conflito. Os serviços laborais eram constantemente ignorados pelos camponeses como uma atitude insubordinada. Quando convocados para a colheita, os trabalhadores não iam ou demorava demais para começar o trabalho e o faziam de má vontade de forma que estragava parte da plantação. A divisão entre os serviços que prestavam ao senhor e serviços que os camponeses faziam para si tinham uma divisão muito clara permitindo que tenham consciência do tamanho da exploração que sofriam. A substituição dos serviços laborais por pagamentos em dinheiro fez com que se tornasse mais difícil mensurar tal exploração. Além disso, também possibilitou que aqueles camponeses mais abastados pudessem empregar outros trabalhadores valendo-se de sua força de trabalho e garantindo, inclusive, um desenvolvimento de sua “propriedade” da mesma forma com que vinham fazendo os senhores feudais. Sendo assim, a monetarização a vida não beneficiou a todos. Nesse momento, as mulheres se viram afetadas devido a diminuição do seu acesso à terra ocorrendo grande fluxo migratório delas para os centros urbanos. Lá, a maioria vivia em situação de pobreza realizando trabalhos como vendedoras ambulantes, fiandeiras, membros de guildas menores, prostitutas, curandeiras e trabalhos que mais tarde foram considerados masculinos como ferreiras, pedreiras, chapeleiras açougueiras e cervejeiras. Estavam, inclusive, se tornando professoras, médicas, e cirurgiãs² competindo com os homens universitários resultando em um grande conflito que será apresentado posteriormente. As mulheres começam a ser, de forma ainda mais severa, alvo de repressão como pontua Federici na seguinte passagem: “em resposta à nova independência feminina, vemos o começo de uma reação misógina, mais evidente nas sátiras dos fabliaux, onde encontramos os primeiros indícios do que os historiadores definiram como ‘a luta pelas calças’.” (2004, p.65).

Posteriormente, com os cercamentos sendo uma realidade no âmbito rural, as camponesas estavam perdendo sua integração comunitária garantida pelas terras comunais. Com a desintegração das vilas a união social se desfez e as famílias se fragmentam. Isso prejudica especialmente as mulheres mais velhas que são muitas vezes viúvas e não têm acesso à posse de terras ficando à mercê da miséria, vivendo de empréstimos e se endividando cada vez mais. Um ponto pertinente a ser considerado é que para as mulheres era muito mais complicado viverem como “vagabundas” ou trabalhadoras migrantes dado que a vida errante está sujeita à exposição da violência masculina, em um momento que a misoginia está crescendo. Diferente dos homens, as mulheres não podiam se tornar soldados pagos, ainda que muitas tenham se unido ao exército como lavadeiras, cozinheiras, prostitutas e esposas. Essas trabalhadoras que costumavam acompanhar os soldados começaram a ser expulsas dos campos de batalha quando os exércitos foram regulados.

² Existia uma rigorosa separação entre a medicina e a cirurgia, esta última considerada em quase todas as partes como uma tarefa degradante e inferior, e a dissecação de cadáveres era praticamente desconhecida (EHRENREICH & ENGLISH, 1984).

Começam, então, reações contra as políticas de cercamento. Um numeroso número de levantes surge contra os senhores.

O mais notório foi a Rebelião de Kett, assim chamada por causa de seu líder, Robert Kett, que se deu em Norfolk, no ano de 1549. Não se tratou de uma rusga menor. Em seu auge, os rebeldes somavam 16 mil, contavam com uma artilharia, derrotaram um exército do governo de 12 mil homens e, inclusive, tomaram Norwich, que era então a segunda maior cidade da Inglaterra. (...) as lutas contra os cercos continuaram na época de James I, com um evidente aumento da presença das mulheres. Durante seu reinado, em torno de 10% dos motins contra os cercos incluíram mulheres entre os rebeldes. Alguns protestos eram inteiramente femininos. Em 1607, por exemplo, 37 mulheres, lideradas por uma tal "Capitã Dorothy", atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo os campos comuns do vilarejo de Thorpe Moor (Yorkshire). Quarenta mulheres foram "derrubar as cercas e barreiras" de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e, em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), "quinze mulheres, incluindo esposas, viúvas, solteironas, filhas solteiras e criadas se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais" (FEDERICI, 2004, p. 141-143)

Acredita-se que o progressivo aumento da presença das mulheres nos levantes se devia a sua "natureza jurídica". As mulheres sofriam um processo de infantilização legal (ibid., p. 200) onde seus atos eram de responsabilidade dos seus tutores masculinos - pai ou marido. Entretanto, rapidamente o governo começou a encarcerar as mulheres que participassem dos motins. Contudo, sua presença nas lutas não diminuiu. Como já foi dito, as mulheres foram as mais prejudicadas pelos processos de cercamento e sua crescente atuação nos levantes nos indica que estavam lutando contra a perda de seu principal meio de subsistência e unidade social. Desta forma, estavam lutando contra a propriedade privada e também contra as relações sociais que estavam surgindo.

A monetarização da vida fazia com que as mulheres tivessem mais dificuldades do que os homens para se manter, ficando presas ao trabalho reprodutivo no momento em que essa estava sendo desvalorizada. Para as relações monetárias apenas as atividades de produção para o mercado possuíam valor enquanto que as de reprodução do trabalhador passaram a não ser consideradas trabalho (ibid., p.145). No entanto, os trabalhos reprodutivos ainda são remunerados – com baixos salários - quando realizadas aos senhores ou exercidas fora do ambiente do lar da trabalhadora, ou seja, quando têm um caráter de prestação de serviço a outrem. Ainda assim, sua importância econômica se torna algo invisível. As relações de produção e reprodução adquirem um novo viés social baseado na diferença sexual. A ideia de que as mulheres não deveriam trabalhar fora de casa ganha força e com ela a que qualquer trabalho realizado por mulheres são, na verdade, trabalho doméstico. A desvalorização do trabalho feminino foi tamanha que até mesmo quando "uma mulher costurava algumas roupas, tratava-se de 'trabalho doméstico' ou de 'tarefas de dona de casa', mesmo se as roupas não eram para a família, enquanto que, quando um homem fazia o mesmo trabalho, se considerava como 'produtivo'" (ibid., p.184). As dificuldades econômicas encontradas nesse contexto se tornaram um bom motivo para que setores populares aderissem à desvalorização do trabalho feminino. Grande parte dos artesãos começou a exigir às autoridades que não permitissem que as mulheres competissem com eles ameaçando realizarem uma greve caso não fossem atendidos e boicotando, inclusive, o trabalho de outros artesãos homens que permitiam mulheres das suas oficinas. Os médicos também, para eliminar a concorrência, se aproveitaram da caça às bruxas e iniciaram suas tentativas de eliminar as curandeiras das práticas de saúde, acusando-as de bruxaria. (EHRENREICH & ENGLISH, 1984). As tentativas de resistir frente às investidas misóginas foram abafadas pelas intimidações que eram frequentemente usadas contra elas. Aquelas que ousaram trabalhar fora do lar, em um espaço público e para o mercado, foram representadas como megeras sexualmente agressivas ou até mesmo como "putas" ou "bruxas" (HOWELL, 1986, p. 182-83 apud FEDERICI).

As mulheres começam a perder espaço nas atividades que antes dominavam como a fabricação de cerveja e realização de partos, que agora regiam sob novas regras sociais. Elas acabam confinadas a atividades de status menor dentro da ideia de trabalho reprodutivo. Com essa perda de poderes diante do trabalho assalariado, houve um aumento da prostituição como sendo o principal meio de subsistência por grande parte da população feminina. Entretanto, a prostituição começa a ser criminalizada. É importante lembrar que a prostituição já foi vista como uma solução para conter as revoltas e desfragmentar a articulação entre a classe trabalhadora. Isso foi possível porque houve um descaso do Estado com os altos índices de estupro das mulheres de classe baixa fazendo que houvesse quase uma legalização do

estupro caso as vítimas fossem economicamente menos favorecidas. Uma vez estupradas, as mulheres tinham sua reputação destruída e não conseguiam trabalhar e nem se casar, sendo obrigadas a se dedicar a prostituição (RUGGIERO, 1985 apud FEDERICI, 2004). Como resultado, houve o esfacelamento da solidariedade de classes diminuindo as tensões sociais para o Estado. Na época, a profissão de prostituta tinha se institucionalizado sendo apoiado até mesmo pela Igreja Católica como um mal necessário. Então, se antes a instauração de uma política sexual tinham como objetivo controlar as revoltas agora a prostituição era vista como um problema social.

O controle sobre o corpo feminino e sua sexualidade têm como base a misoginia e as diferentes necessidades do Estado para elaborar uma ordem social. Sendo assim, essas constantes ondas de violência e desvalorização do trabalho das mulheres têm necessariamente o apoio dos governos. A instauração da caça às bruxas é o exemplo mais notório desse fato, onde destituir o poder das mulheres era o principal objetivo para alcançar total controle sobre sua vida sexual e reprodutiva, através de mecanismos culturais, para manter a ordem sob os parâmetros do então crescente capitalismo.

3. PESTE BUBÔNICA, CRISE DEMOGRÁFICA E A CAÇA ÀS BRUXAS

Diante de tantos obstáculos socioeconômicos que prejudicaram as mulheres, não podemos deixar de citar os impactos causados pela crise populacional com a chegada da Peste Bubônica. Também conhecida como Peste Negra, essa foi uma epidemia causada por uma infecção bacteriana que chegou a dizimar 75% da população em algumas regiões europeia durante a Idade Média. A crise demográfica gerou uma crise econômica devido ao seu impacto na diminuição da mão-de-obra. No âmbito religioso era frequente a ideia de uma maldade do demônio incentivando a população a buscar os culpados.

Diante da escassa disponibilidade de terras, fome generalizada, problemas de ordem econômico e baixos salários, os trabalhadores em geral não desejavam ter muitos filhos para não terem mais um membro da família passando pelas dificuldades da vida medieval além de evitar aumentar os gastos extras com alimentos e outras despesas. Desta forma, se esforçavam para controlar a taxa de natalidade. Uma das maneiras encontradas era postergar o casamento, tendo como consequência, parte da população em abstinência sexual³. Os cátaros, uma influente seita herege, repudiavam o matrimônio e a procriação.

Esta atitude negativa contra a natalidade foi atribuída à influência exercida por seitas orientais dualistas sobre os cátaros, como os paulicianos – uma seita de iconoclastas que repudiava a procriação por considerar que é o ato pelo qual a alma fica presa ao mundo material (Erbstosser, 1984, p. 13-4) – e, sobretudo, os bogomilos (...) movimento popular “nascido entre camponeses cuja miséria física os tornou conscientes da perversidade das coisas” (Spencer, 1995b, p. 15), pregavam que o mundo visível era obra do diabo (pois, no mundo de Deus, os bons seriam os primeiros) e se negavam a ter filhos para não trazer novos escravos a esta “terra de atribulações”. (FEDERICI, 2004, p. 76)

Quando o decréscimo populacional tornou-se uma preocupação social devido à escassez de trabalhadores, a heresia passou a ser considerada um crime reprodutivo. Devemos nos lembrar, no entanto, que qualquer forma de insubordinação política ou social sofria, por parte da Igreja, a acusação de heresia.

Em 1377, quando os trabalhadores têxteis de Ypres (Flandres) se levantaram empunhando armas contra seus empregadores, não apenas foram enforcados como rebeldes, como também foram queimados pela Inquisição como hereges (N. Cohn, 1970, p. 105). Também há documentos que mostram que algumas tecelãs foram ameaçadas de excomunhão por não terem entregado a tempo o produto de seu trabalho aos mercadores ou por não terem feito adequadamente seu trabalho (Volpe, 1971, p. 31).

³ Como dito anteriormente, “o estupro coletivo de mulheres proletárias se tornou uma prática comum [como] (...) forma de protesto de classe, um meio para que homens proletários – forçados a postergar seus casamentos por muitos anos, devido às suas condições econômicas – cobrassem aquilo que era “seu” e se vingassem dos ricos. Porém, os resultados foram destrutivos para todos os trabalhadores, pois o estupro de mulheres pobres com consentimento estatal debilitou a solidariedade de classe que se havia alcançado na luta antifeudal”. (FEDERICI, 2004, p. 104)

Também era frequente que os Papas ameaçassem de excomunhão os donos de casas bancárias caso não obedecessem a sua ordem de efetuar o pagamento de dívidas. (TAWNEY, 1971). Havia, porém, seitas heréticas que consideravam o sexo algo místico e valorizado afirmando que a prática sexual era a melhor forma de alcançar a inocência. Desta forma, hereges eram perseguidos tanto por serem libertinos quanto por serem ascetas extremos. Para a Igreja, a ameaça das políticas sexuais adotadas pelos hereges ia de encontro à tentativa católica de controle sobre o matrimônio e regulação do ato sexual. Dentre as restrições que o casal deveria ter incluía

limitar-se às relações noturnas, esquivar-se da nudez e não provocar volúpia por gestos, cantos ou atitudes impudicas (...). As posições incomuns são perigosas, provocam a cólera de Deus, ultrajam a ordem natural e podem dar lugar a concepções monstruosas. (MARTINS, 2013)

Esta politização da sexualidade confere um reconhecimento do poder do desejo sexual das mulheres sobre os homens de forma que o clero precise evitar as mulheres para alcançar o sagrado. Sendo assim, a caça às bruxas se intensificou no século XV ao se implantar na mentalidade coletiva uma visão religiosa onde a bruxaria passa a ser vista também como uma perversidade sexual e moral que ia contra os cânones da Igreja Católica e das normas sociais vigentes.

A Igreja Católica tem uma visão dicotômica da mulher onde ao mesmo tempo em que ela é a salvadora, mãe e pura – como a Virgem Maria – também é sinônimo de pecado, sendo responsável pelo pecado original e culpadas pela expulsão do paraíso – no caso da Eva. Essa dualidade é movida por uma doutrina que se fundamenta no asceticismo juntamente com a repressão. As mulheres muitas vezes são associadas a um instrumento do mal onde se acredita que são mais suscetíveis a desvios morais e influencias demoníacas. Assim, elas precisariam ser reguladas para não causarem mal aos homens e às estruturas sociais. “Os teólogos aconselhavam o homem comum, que não conseguisse renegar a carne, a optar pelo casamento, sem esquecer a necessidade de um controle constante sobre a mulher, enquanto ser impuro, imperfeito e inferior” (MARTINS, 2013). O matrimônio é, então, visto como uma solução para controlar os impulsos sexuais dos homens ao mesmo tempo em que é visto como forma de reprimir o diabólico corpo feminino. Desta forma, os hereges não estariam cumprindo os dogmas da Igreja - deixando de se casarem ou tendo práticas sexuais não disciplinadas. A preocupação com o crescimento populacional também pode ser percebido no programa da Reforma Protestante, pois os reformadores são contrários ao enaltecimento católico da castidade e do celibato, valorizando o casamento, a sexualidade e as mulheres – pela sua capacidade reprodutiva.

As mulheres são “necessárias para produzir o crescimento da raça humana”, reconheceu Lutero, refletindo que ‘quaisquer que sejam suas debilidades, as mulheres possuem uma virtude que anula todas elas: possuem um útero e podem dar à luz. (KING, 1991, p. 115 apud FREDERICI)

Além do mais, as mulheres usavam, também, diversas práticas contraceptivas. Elas detinham o conhecimento sobre ervas medicinais e outras técnicas que estimulavam a menstruação, provocavam abortos ou criavam condições de esterilidade. Isso dava a elas uma total autonomia tanto com relação a sua sexualidade quanto com o controle de natalidade. Dado que o decréscimo populacional se tornou uma questão de Estado, a tentativa de regulamentar essa situação fez com que qualquer comportamento que impedisse o crescimento da taxa de natalidade fosse severamente punido. Com isso, fica claro que a caça às bruxas tinha como um dos seus objetivos criminalizar o controle reprodutivo das mulheres e coloca-lo a serviço do aumento populacional para garantir o acúmulo da força de trabalho. Sobre esse aspecto, é interessante destacar que, com a epidemia da Peste Bubônica se alastrando e a morte estando cada vez mais próxima da população, a disciplina social para o trabalho entra em colapso uma vez que a possibilidade de uma morte repentina fazia com que as pessoas não se preocupassem mais em trabalhar ou seguir as normas sociais. Deste modo, a nova política social popular encontra a prerrogativa de aproveitar o máximo a vida o quanto possível. Semelhante a ideia de que as terras comunais eram uma fonte de preguiça e desordem, por não serem produtivas aos senhores, a vadiagem e a vagabundagem passam a configurar crimes. A intenção era que os “vagabundos”, ao invés de estarem se divertindo nas tabernas, estivessem à disposição da exploração local para suprir a necessidade de mão-de-obra, dado a enorme quantidade de mortes naquele período.

No mesmo sentido, a popularização da magia se torna outra preocupação. A crença em práticas mágicas é um obstáculo para a implementação de uma disciplina do trabalho e para a subordinação das classes baixas no momento em que são difundidas, por exemplo, crenças de que é possível se obter

riquezas através de feitiços ou eventos mágicos. Observemos que o pensamento da classe dominante nesse momento é que “nada mais repulsivo que a suposição de que alguém poderia alcançar coisas com um punhado de recursos inúteis e não com o suor de sua própria testa (BACON, 1870, p. 381 apud FEDERICI, 2004, p. 259). Há também a ideia de que forças ocultas podem atuar sobre os indivíduos fazendo com que haja dias de sorte e dias de azar, sendo que nesse último o recomendado era não sair de casa, mesmo em dia de trabalho. Isso afeta na nova lógica trabalhista que deve ser feita por hábitos repetitivos diários para garantir a manutenção de uma produtividade em massa. Para conseguir racionalizar o capitalismo e implantar as dinâmicas do trabalho na cultura via-se necessário eliminar essas práticas mágicas que manifestava-se como uma forma considerada ilícita de poder para a obtenção de algo. Desta forma, a contraposição da crenças mágicas com a dinâmica capitalista e com a necessidade de controle social podem ser considerados motivos pelos quais o Estado instaurou uma campanha contra a magia. Deve-se lembrar que, ao mesmo tempo, a magia também foi usada como desculpa para o fracasso dos médicos, pois tudo aquilo que não conseguiam curar passou a ser lido como um feitiço (EHRENREICH & ENGLISH, 1984), dando início ao processo de institucionalização da medicina baseada na negação dos saberes femininos.

A preocupação com a crise demográfica foi, então, fator decisivo para se implantar uma política para garantir à ordem e reestabelecer as normas dominantes. Claramente, a preocupação em conter e controlar as classes baixas têm se mostrado um papel importante para a consolidação do novo sistema econômico e a caça às bruxas se desenvolve nesse cenário, sendo as mulheres de classe baixa as mais afetadas. Ao virar assunto do Estado (e esse sendo vinculada a Igreja), logo começam adoções de medidas a fim de restaurar o crescimento populacional. A partir disso, as mulheres que detinham conhecimento sobre controle da natalidade rapidamente foram acusadas de bruxas. O útero torna-se território público e a procriação é colocada a serviço da acumulação capitalista. A criminalização do aborto e de outros métodos contraceptivos somados à redução da mulher aos espaços domésticos e não ao trabalho produtivo, encara o corpo feminino como uma máquina de fazer filhos e como suporte aos homens nas fábricas⁴. Além disso, as visões religiosas de que a Peste Bubônica tinha ligação a cultos demoníacos toma conta da população que passa a procurar por um bode expiatório. A perseguição aos hereges abre margem para que curandeiras, parteiras e outras mulheres que tinham acesso a métodos contraceptivos sejam acusadas de bruxaria e conseqüentemente de fazerem pacto com o demônio.

Os saberes que as mulheres possuíam sobre o corpo e a cura foram passadas por gerações durante séculos, mas somente agora elas foram associadas a teorias conspiratórias. Isso só foi possível porque este é um contexto de constantes crises e lutas sociais nos fazendo lembrar uma frase da Simone de Beauvoir: “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados”. As mulheres sábias, como eram conhecidas nas comunidades, eram recorrentemente solicitadas pelas classes baixas para prestarem assistência médica aos enfermos. Elas foram durante muito tempo médicas sem diploma que compartilhavam seus conhecimentos farmacológicos com a preparação de ervas curativas que são, inclusive, ainda utilizados na farmacologia moderna.

As bruxas dispunham de analgésicos, digestivos e tranquilizantes. Empregavam esporão-do-centeio (ergotina) contra as dores do parto, em uma época em que a Igreja considerava-as um castigo de Deus ao pecado original de Eva. Os principais preparos que se usam atualmente para acelerar as contrações e prevenir hemorragia depois do parto são derivados do esporão-do-centeio. As bruxas e curandeiras usavam a beladona (ainda utilizada como antiespasmódico na atualidade) para inibir as contrações uterinas quando existiam riscos de aborto espontâneo. Existem indícios de que a digitalina (um fármaco muito importante no tratamento de doenças cardíacas) foi descoberto por uma bruxa inglesa (EHRENREICH & ENGLISH, 1984).

Essas mulheres tinham dentro de suas comunidades um alto poder social. Eram a única possibilidade de atendimento médico das pessoas mais pobres. Além do mais, no momento do parto os médicos homens costumavam se demonstrar insensíveis às dores das mulheres, além da presença deles causar constrangimento devido ao tabu de se mostrar a genitália. O conhecimento das técnicas para facilitar o parto, garantia às parteiras, a preferência pela sua presença. Como foi descrito por Mary Del Priore (1993) as parteiras realizavam a lubrificação da genitália, exerciam técnicas mecânicas da prensa

⁴ As mulheres passam a exercer a função de cuidadoras, gerenciadoras da casa, dão assistência psicológica aos maridos e exercem todo o trabalho reprodutivo necessário para manter o lar em ordem de forma que o trabalhador não gasta energia em um trabalho não produtivo ficando mais disposto a voltar para as fábricas e produzir.

abdominal, fricções e pressões no baixo-ventre com a finalidade de garantir que o parto ocorresse mais facilmente. A medicina popular tinha aspectos práticos e também mágicos onde as mulheres eram também benzedoras e proferiam palavras e ritos mágicos para auxiliar no processo de cura. Além de exercerem atividades curandeiras, também eram frequentemente chamadas para ajudar a prever o futuro, encontrar objetos perdidos, identificar ladrões, marcar e cuidar de animais, dar amuletos da sorte, fornecer poções do amor e dar conselhos. Mesmo quando não eram feiticeiras experientes eram procuradas para tais atividades.

Enquanto as bruxas eram solicitadas pelas camadas populares, as classes dominantes tinham como representantes os médicos formados em universidades. É importante ressaltar que os cursos de medicina tinham duração de dois meses a dois anos no máximo e a maioria das escolas de medicina não ofereciam aos alunos nenhum contato com hospitais⁵ e práticas empíricas. As chamadas medidas “heroicas” eram uma prática constante entre os ensinamentos universitários que consistia em violentas sangrias, fortes doses de laxantes, calomel (um laxante que contém mercúrio) e mais tarde, ópio (EHRENREICH & ENGLISH, 1984). As universidades eram vinculadas a Igreja que exerciam sobre elas um rigoroso controle que incluía o estudo de teologia, fazendo com que seu desenvolvimento se desse a partir das doutrinas católicas. “O médico do rei Eduardo II da Inglaterra (...) recomendava tratar da dor de dente escrevendo sobre a mandíbula do paciente as palavras «em nome do pai, do filho, e do espírito santo, amém»” (ibidem). É de se notar que as palavras mágicas proferidas pelas bruxas, diferente das orações dos médicos, não passavam pela aprovação da Igreja e por isso eram condenadas. Nada tinha a ver com sua eficácia ou não, ao contrário, acreditava-se que a eficácia dos feitiços estava no mesmo patamar que das orações. Uma das medidas tomadas pelo Estado foi proibir as práticas médicas a quem não possuísse o diploma médico.

Durante o período de caça às bruxas, a Igreja legitimou explicitamente o profissionalismo dos médicos, denunciando por heresia os tratamentos feitos por não profissionais. “Uma mulher que tem a ousadia de curar sem ter estudado é uma bruxa e deve morrer” (ibidem).

O medo que o governo tinha das mulheres não era relativo a sua incompetência médica, mas pelo contrário, era devido ao medo de que seus amplos conhecimentos pudessem ser usados contra os ideais do Estado. Os saberes contraceptivos tornaram-se uma prática ilegal e viraram acusação de infanticídio.

Na França, um édito real de 1556 requeria que as mulheres registrassem cada gravidez e sentenciava à morte aquelas cujos bebês morriam antes do batismo, depois de um parto às escondidas, sem que importasse se fossem consideradas culpadas ou inocentes de sua morte. (FEDERICI, 2004, p. 176)

Essas acusações garantiram o ingresso cada vez maior de médicos homens nas salas de parto como forma de garantir uma vigia das atividades das parteiras, ou seja, nada tinha a ver com uma ideia de incompetência técnica das mesmas, mas sim de um medo que as autoridades tinham sobre o infanticídio estar relacionado à práticas femininas (ROHDEN, 2001).

Se antes as mulheres sofriam uma “infantilização jurídica”, agora elas começam a aparecer nos processos dos tribunais. Um sistema de vigilância foi implantado para fiscalizar as mulheres grávidas e evitar qualquer tipo de apoio comunitário. Dessa forma, abrigar uma mulher grávida solteira tornou-se uma prática ilegal e as amigas femininas começam a ser reguladas pelas suspeitas de bruxaria. É neste momento que a palavra “gossip” (fofoca), que significava amiga, começa a ser uma conotação pejorativa exclusiva ao sexo feminino (FEDERICI, 2004). No século XVI os registros demográficos com organização de censos, os registros da taxa de natalidade, mortalidade e casamentos se tornam mais comuns. Estes dados surgem como forma de supervisionar a sexualidade, procriação e o matrimônio e evitar práticas contraceptivas e condutas sexuais indisciplinadas instaurando uma formalização demográfica como uma “ciência do Estado”, deixando claro sua importância estratégica para o controle populacional e se afirmando como uma boa justificativa para instigar a caça às bruxas de forma mais intensa no século XVII.

A marginalização das parteiras fez com que as mulheres perdessem seu papel ativo no momento do parto passando essa responsabilidade aos médicos considerados “aqueles que realmente

⁵ “O hospital como instituição importante e mesmo essencial para a vida urbana no Ocidente, desde a Idade Média, não é uma instituição médica e a medicina é, nesta época, uma prática não hospitalar” (FOUCAULT, 1989, p. 101).

davam vida”. A ideia de supremacia masculina estava tão evidente que as acusações de bruxaria pressupunham que a mulher tinha um pacto com o demônio sendo consideradas subservientes de uma figura masculina - que fazia o papel o marido. Ou seja, mesmo quando desafiando as estruturas sociais as mulheres eram associadas a um comportamento de obediência a um homem. Ao mesmo tempo, a caça às bruxas criou uma atmosfera de temor frente às mulheres ao vê-las como possíveis destruidoras do sexo masculino.

Diante de uma atmosfera misógina que está abrindo margem para uma série de visões distorcidas e negativa a respeito do sexo feminino, nasce o livro *Malleus Maleficarum* [O Martelo da Bruxa], cujo objetivo era servir de manual para os inquisidores trazendo instruções de como identificar e eliminar praticantes de feitiçaria. Dentre as formas de identificação, o manual deixa muito claro que as mulheres eram mais propensas a bruxaria

em virtude da deficiência original em sua inteligência, são mais propensas e abjuram a fé, por causa da falha secundária em seus afetos e paixões desordenados também almejam, fomentam e infligem vinganças várias, seja por bruxaria, seja por outros meios. Pelo que não surpreende que tantas bruxas sejam desse sexo. (KRAMER, H.; SPRENGER, J., 1992)

A substituição da bruxa/curandeira pela figura do médico revela uma tentativa de reformular e controlar não somente o corpo, mas também as condutas sociais e sexuais das mulheres a serviço do Estado. Os discursos médicos a respeito do funcionamento do corpo feminino vão, por muito tempo, se apoiar nas estruturas da Igreja indicando que sua função natural é a maternidade, além de justificar sua submissão e inferioridade pelo viés da ciência, que – majoritariamente masculina – afirma-se como um saber único e verdadeiro na Idade Moderna ganhando mais reconhecimento popular e credibilidade. Desta forma, a ciência se institucionaliza como uma contribuição masculina para provar sua superioridade frente as mulheres. O “fim” da caça às bruxas só foi possível quando resultou em uma enorme mudança na condição social feminina.

A alienação psicológica dos homens diante das mulheres é responsável pela dissolução das lutas sociais entre as classes baixas destruindo o poder coletivo e restaurando o poder da classe dominante. Em outras palavras, diferente da ideia mais difundida de que o advento do Iluminismo trouxe a racionalidade e que por esse motivo deixou de crer nas práticas místicas das bruxas cessando sua perseguição, a caça às bruxas só chegou “ao fim” porque a classe dominante, nesse período, desfrutava de uma crescente sensação de segurança com relação ao seu poder.

4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

No século XVI, o avanço da ciência causou mudanças nas relações entre religião e interesses seculares. Se por um lado as parteiras e curandeiras foram lidas pela Igreja Medieval como bruxas e feitiçarias - especialmente pela suspeita de sua relação com o aborto e infanticídio - por outro lado a medicina iluminista se aliou ao Estado e propagou a ideia de que as técnicas usadas pelas parteiras, por não se encaixar nos padrões modernos da ciência, eram sinônimo de sujeira, atraso e rusticidade (TORNQUIST, 2004). Além do mais, a presença dos médicos nas salas de parto tornou-se sinônimo de alta ciência devido as suas ações intervencionistas com instrumentos como fórceps, pelvímeter, sondas, agulhas, tesouras, ganchos e cefalotribos de forma que se constrói uma imagem de conhecimento científico que justificaria a superioridade dos médicos diante das parteiras, que usava apenas as mãos em suas manobras (ROHDEN, 2001). Inclusive, no século XVII, os médicos começam a exercer um maior controle das parteiras a partir da criação de manuais de capacitação que instruíam o papel delas nas salas de parto (MARTINS, 2004).

O nascimento desta nova medicina no século XVIII se dá pela gradativa valorização do saber médico, compreendendo uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 1989) no cerne de uma sociedade capitalista. A principal diferença da medicina moderna com relação à medicina medieval se dá a partir da compreensão da função de cura do médico e de sua função política de criação, explicação e controle das normas sociais (MARTINS, 2005). Os estudos na medicina durante a Idade Média não podiam entrar em conflitos com os ideais da Igreja Católica limitando os conhecimentos médicos às obras de Galeno (EHRENREICH & ENGLISH, 1984). Desta forma, foram as bruxas as responsáveis pelos amplos conhecimentos sobre estrutura óssea, tecido muscular, drogas e ervas curativas que foram absorvidas pela medicina moderna no momento em que a perseguição às bruxas era usada para invisibilizar os saberes femininos. É importante pontual que a prática da medicina exigia uma formação universitária,

logo, isso excluiu as mulheres de sua prática uma vez que elas estavam, na maioria das vezes, proibidas de frequentar o espaço acadêmico. A importância dos conhecimentos das bruxas era tão grande que, em 1527, Paracelso, considerado o pai da medicina moderna, confessa que tudo o que sabia de útil nas práticas médicas tinha aprendido com as feiticeiras (ibidem).

A instauração do ensino universitário garante a regulação das atividades técnicas e instala um novo código moral. Por esse motivo, o médico passa a ter funções de educador e guardião dos costumes fazendo com que o discurso médico enquadre a doença como um desvio causado pelo mau funcionamento da sociedade (COSTA, 1987). Assim, as características das mulheres vão sendo redefinidas a partir de uma necessidade de controle de seus corpos e de suas condutas. Se no auge da perseguição às bruxas as mulheres estão vistas como portadoras de uma sexualidade desenfreada e luxúria insaciável - consideradas mais ativas que os homens -, no século XVIII passam a ser lidas como passivas e desprovidas de libido. O método científico garantiu ainda, a partir da formulação de leis universais, um discurso dividido em dois polos observando homens e mulheres, cujas naturezas – masculina e feminina – eram distintas.

O homem branco, civilizado, europeu representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, o primitivo o não-europeu. A própria natureza já definia as escalas e os valores. Os cientistas apenas serviam como intérpretes de suas determinações. A junção desse tipo de perspectiva teórica com a visão de mundo de homens educados em um ambiente de privilégio da autoridade masculina forte distinção entre as esferas pública e privada e entre as funções sociais de homens e mulheres é que estaria na raiz da produção de conhecimento sobre a mulher e a diferença sexual no século XIX. (ROHDEN, 2001, p. 27)

A ginecologia nasce, então, como uma nova especialidade que objetiva corrigir padrões de comportamento sexual. Às mulheres foi associada uma natureza irracional pautada pelos órgãos reprodutivos e, desta forma, a compreensão das doenças no corpo feminino tinha origem em sua diferenciação sexual e poderiam ser reparadas a partir das cirurgias ginecológicas (ROHDEN, 2003).

A necessidade de controle demográfico somada a ideia de predestinação natural da mulher à maternidade transformou a questão populacional em um problema de ordem ginecológico que garantiu a apropriação médica do corpo feminino e possibilitou a criação da área da obstetrícia no século XVIII – que irá quebrar a hegemonia das parteiras. A desqualificação das parteiras faz os seus conhecimentos entrarem no esquecimento social garantindo uma perda de conjuntos significativos de práticas e técnicas que tinham como princípio o conhecimento das mulheres sobre seus corpos (TORNQUIST, 2004). A diminuição da crença da presença de Satã no mundo contribuiu para que os feitos descobertos pelas bruxas se transformassem em delírios de uma era obsoleta fazendo com que a medicina moderna levasse todo o crédito de seus conhecimentos.

A medicina no século XVIII insiste em afirmar que a do organismo feminino tem uma fisiologia própria que garante às mulheres desempenharem naturalmente o papel de mães e esposas passivas. É interessante lembrar que até o ano de 1797 não havia muitas preocupações em reproduzir e ilustrar o esqueleto feminino para comprovar sua diferença com relação ao esqueleto masculino (RAGO, 2002) o que significa que a interpretação dos corpos era pautada na tentativa de construir realidades sociais. Desta forma, a medicina exerceu papel importante para definição de novos papéis sociais direcionados às mulheres baseados em sua anatomia. O corpo feminino torna-se alvo de um discurso carregado pela moralidade e pela sua diferenciação com o corpo masculino – ser naturalmente intelectual e social.

Essa determinação biológica da mulher a inscrevia no espaço privado do lar e das funções maternas e domésticas. Sua 'natureza emotiva' seria ideal para gerar e cuidar dos filhos. (...) Por outro lado, o homem é lançado na esfera pública; sua 'natureza' lhe permitiria ser um ser social e intelectual. Não estando determinado pelas funções procriativas, embora seja parte essencial dela, o homem é lançado no universo 'racionalizado' da cultura e, não tendo útero nem ovários, poderá desenvolver plenamente sua capacidade intelectual. (AURELIANO, 2009, p. 56)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou analisar uma íntima relação entre a perseguição dirigida às mulheres camponesas durante a caça às bruxas, com as mudanças sociais e econômicas com a advento do sistema capitalista e a institucionalização da medicina como um instrumento apropriado pelo Estado

para garantir o controle da ordem social e dos saberes femininos. O papel das mulheres na crise do feudalismo fez com que houvesse uma necessidade de destruir seus poderes a fim de que se desenvolvesse um novo sistema político que pudesse regular seus comportamentos e condutas para então reestabelecer a ordem segundo os princípios das classes dominantes.

Para as mulheres trabalhadoras e camponesas medievais as terras comunais e o controle reprodutivo se mostraram de suma importância para gerirem suas vidas especialmente em momentos de crise econômica. A revolta do campesinato contra a brutalidade dos senhores feudais foram muitas vezes lideradas por mulheres que se viram extremamente prejudicadas pelos processos de cercamento das terras comunais e pela monetarização da vida lutando, portanto, pelo seu principal meio de sustento, por sua unidade social e contra a propriedade privada e as novas relações sociais que surgiam.

Uma das características mais marcantes da caça às bruxas é, então, a criminalização das mulheres, normalmente detentoras de conhecimentos holísticos que incomodavam a Igreja e o Estado. Esses conhecimentos empíricos adquiridos pelas ancestrais e passados pela linhagem feminina foram reprimidos para garantirem o controle demográfico, causar desarticulação das lutas e reivindicações que estavam aumentando e minar a influência dos saberes femininos. Vimos que quando a tradição mágica ainda fazia parte de forma substancial das camadas populares, elas começam a perder prestígio entre a classe dominante dando início a perseguição à bruxaria. O saber “excessivo” das mulheres sobre o próprio corpo foram consideradas contrárias as boas maneiras havendo uma necessidade de regular suas condutas sexuais e condicionar o papel da mulher ao ambiente doméstico. Dentre as consequências desses conflitos podemos perceber o processo de naturalização do corpo feminino baseado em sua medicalização, fazendo com que esse corpo, com a ajuda da ciência, precisasse ser normatizado para corresponder ao “real papel biológico” que a ele é conferido. Os comportamentos sexuais e reprodutivos saem da esfera privada e se tornam assunto de controle estatal.

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1989, p. 80)

Desta forma, o discurso médico após o século XVIII limitou a mulher a seus aspectos biológicos minimizando suas possibilidades de se observar como um sujeito cultural e determinou seus papéis sociais a partir do seu sistema reprodutor o que causou uma alienação feminina em relação ao seu próprio corpo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURELIANO, Waleska de Araújo. “... e Deus criou a mulher”: **reconstruindo o corpo feminino na experiência do câncer de mama**. Revista de Estudos Feministas, p 49-70, Florianópolis, 2009.

COSTA, N. R. **Estado, educação e saúde: a higiene da vida cotidiana**. São Paulo: Cortez, 1987.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

EHREINREICH, Barbara ; ENGLISH, Deirdre. **Bruxas, Parteiras e Enfermeiras: Uma história das curandeiras**. The Feminist Press, 1984.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. Tradução de Coletivo Sycorax. Editora Elefante., Rio de Janeiro, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

KRAMER, Heirich; SPRENDER, James. **O martelo das bruxas: malleus maleficarum**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MARTINS, A. M de O. **O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações**. In, Brz, J. & Neves, M. (Orgs). *O corpo-Memória e Identidade* (pp. 103-116). Lisboa: Edições Universitárias Lusófanos, 2013.

MARTINS, APV. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

RAGO, Margareth. **Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do “amor venéris”**. São Paulo, 2002. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10587/7877>>

ROHDEN, Fabíola. **A arte de Enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

_____. **Uma Ciência da Diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

TAWNWY, R.H. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

TORNQUIST, C. S. **Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TOSI , Lucia. **Mulher e Ciência: A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 10, 1998. p. 369-397

VIEIRA, Elisabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro; Editora FIOCRUZ; 2003.